

PORTARIA N° 16/2026

Publicada em 06/04/2026 no Diário Eletrônico do TCE-PR n° 3647, p. 69.

Procedimento de Apuração Preliminar n° 14/2026

CONSIDERANDO a Instrução de Serviço n° 71/2021, que regulamenta o Procedimento de Apuração Preliminar no âmbito do Ministério Público de Contas do Paraná;

CONSIDERANDO o dever do Ministério Público de Contas na promoção da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais no âmbito do controle externo da gestão pública;

CONSIDERANDO as informações relevantes contidas na Notícia de Fato n° 08/2026 que apontam para possível irregularidade dos atos praticados pelo Município de Sengés/PR, consistente na terceirização irregular de serviços advocatícios e contratação direta sem justificativa;

RESOLVE:

I - Instaurar Procedimento de Apuração Preliminar – PAP n° 14/2026, no intuito de verificar a ocorrência de irregularidades no âmbito do Processo Administrativo n° 233/2025, notadamente quanto à ausência de demonstração da inviabilidade de competição, à inadequada justificativa de preços, ao enquadramento jurídico equivocado e à indevida terceirização de atividade típica da advocacia pública.

II - Nos termos do art. 9º, parágrafo único da Instrução de Serviço n° 71/2021, ficam os integrantes do Núcleo de Análise Técnica do Ministério Público de Contas autorizados a promover todas as diligências necessárias ao pleno esclarecimento dos fatos e à instrução do Procedimento, podendo, inclusive,

solicitar informações e documentos, por quaisquer meios de comunicação, resguardadas as competências exclusivas dos membros do Ministério Público de Contas para a produção de prova testemunhal e para firmar requisições.

III - Fixa-se o prazo de 30 (trinta) dias úteis para apresentação do relatório conclusivo sobre os fatos objeto de apuração.

Publique-se, registre-se e autue-se.

Curitiba, 30 de março de 2026

Gabriel Guy Léger
Procurador-Geral do Ministério Público de Contas